

Igrejas e irmandades da freguesia de Santana, Salvador - BA: espaço, memória e identidade

Churches and brotherhoods in Santana's Parish, Salvador – Ba: space, memory and identity

Edilece Couto¹
Lucas Stasi²

Resumo: Este artigo trata dos diferentes usos e significados de um monumento, a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, construído para funções religiosas em Salvador - Ba, no século XVIII. Porém, clérigos e leigos reunidos na irmandade de mesmo nome, responsáveis pela sua manutenção, incorporaram a defesa do seu patrimônio, recorrendo, inclusive, à memória de eventos políticos e a uma personalidade histórica como elementos que justificam a preservação do espaço, assim como sua memória e identidade. Para essa análise, apresentamos as irmandades religiosas da freguesia de Santana que, naquele espaço, criaram e fortaleceram laços de religiosidade, identidade e sociabilidade.

Palavras-chave: Irmandades; Catolicismo; espaço; memória; identidade

Abstract: This article discusses the different uses and meanings of a monument, the Church of Santíssimo Sacramento and Sant'Ana, built in Salvador-Ba, in the 18th century, for religious functions. Nonetheless, clergy and laity gathered in the brotherhood with the same name as the aforementioned church, who were responsible for its maintenance, incorporated the defense of its heritage, even appealing to the memory of political events and to a historical figure as elements that justify the preservation of space, as well as its memory and identity. For this analysis, we introduce the brotherhoods of Santana's parish that, in that space, had created and strengthened bonds of religiosity, identity and sociability.

Keywords: Brotherhoods; Catholicism; space; memory; identity

Em 20 de junho de 2017, após onze anos de restauro, os jornais baianos anunciaram que a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana foi reaberta. O templo, localizado no bairro de Nazaré, no alto da ladeira de Santana, chama a atenção pela sua imponência, potencializada pelo estilo neoclássico de sua decoração interna e pela sua fachada em rococó. As reportagens, naquele momento, destacaram alguns aspectos que tornavam aquele espaço peculiar: traços de seu estilo de decoração, os afrescos e pinturas

¹ Doutora em História - Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Assis-SP. Professora Associada do Departamento de História - Universidade Federal da Bahia. edilece@ufba.br

² Doutorando e Mestre em História - Universidade Federal da Bahia - UFBA. lucas.stasi@hotmail.com



de seu teto, os seus objetos de arte e, nesse emaranhado de riquezas, destacava-se a importância daquele espaço para a memória histórica e religiosa da Bahia: abrigava os restos mortais de Maria Quitéria, a baiana que se transvestiu de soldado para lutar a favor da independência do Brasil da coroa portuguesa.

Se nas notícias contemporâneas, a imagem de Maria Quitéria foi utilizada como fator agregador de memória para a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, a documentação do século XIX e início do século XX não revela fortes referências a sua figura. O que cada sociedade lembra sobre determinado espaço é definido pelos interesses conduzidos por suas estruturas sociais e mentais que são historicamente situadas em cada contexto.

O final do século XIX e início do século XX foi marcado por transformações estruturais na sociedade baiana. Mudanças no sentido do crer e de viver a fé por parte do crente (SILVA, 2000), transformações religiosas profundas em diferentes instâncias do poder eclesiástico. No campo político e social, a implantação da República, o fim do padroado régio, a libertação progressiva dos escravos e o processo de reestruturação urbana da cidade de Salvador são algumas dessas transformações que começaram a operar na Bahia finde secular. Este conjunto de transformações caracterizou-se também por uma reconfiguração na assistência social na Bahia. Um movimento crescente de secularização das instituições, inclusive englobando a assistência funerária, esvaziou as funções sociais de instituições que atuavam há séculos na região: as irmandades religiosas.

Este artigo trata dos diferentes usos e significados de um monumento, a Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana. Se construído inicialmente como espaço de adoração no século XVIII, clérigos e leigos reunidos em irmandades, não deixaram de recorrer a mortos ilustres enterrados na Igreja, como Maria Quitéria, para justificar a preservação do espaço a partir da memória social coletiva e da identificação em torno do templo. Para essa análise, apresentamos as irmandades religiosas que ocuparam a freguesia de Santana, por mais de dois séculos, e uma, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, que ainda ocupa, aquele espaço, criando e fortalecendo ali laços de religiosidade, identidade e sociabilidade.

Salvador entre o império e a república: a urbanização e as irmandades da freguesia de Sant'Ana

A Salvador do império era uma cidade de grandes desigualdades cuja riqueza estava concentrada em uma pequena parcela da população. João José Reis a define como “uma



cidade cujo povo era pobre, em grande parte escravizado, mas um povo inquieto e frequentemente rebelde” (REIS, 2012, p. 37-48). Em relação à divisão administrativa da cidade, esta era dividida em 10 freguesias¹, sendo estas associadas a uma igreja que muitas vezes concentrava um número elevado de irmandades sediadas, do que se depreende sua expressão inclusive em termos geográfico-administrativos.

A cidade do Salvador esteve, desde o setecentos, profundamente ligada à economia atlântica. Era um dos maiores portos de comércio escravo no Brasil e milhares de cativos eram negociados em seus mercados. No século XIX, se destacava no panorama nacional, mas ainda carregada com grande parte dos traços que havia adquirido durante o período colonial:

Salvador, no entanto, continuava como um caso particular. Desde sua fundação, a cidade fora objeto de atenções especiais, pois era cidade-capital, cidade real. Nós a vimos, ainda nos seus primórdios, dotada de uma estrutura urbana herdada de experiências adquiridas nas Índias. Vimos, em seguida, nascerem novas vilas, novas paróquias, novos povoados. Teria a criação desses núcleos contestado de algum modo a hegemonia excludente por Salvador sobre a imensa capitania baiana? Ainda não podemos responder. É certo que Salvador exercia uma dominação delegada por outro centro maior, outra metrópole, a distante Lisboa, que a controlava, impondo-lhe ritmos segundo uma conjuntura que era, sem dúvida, mais europeia do que brasileira. Mas isso não impediu que a Cidade da Bahia fosse um centro a um só tempo exportador e importador, verdadeira praça mercantil de múltiplas funções (MATTOSO, 1992, p.78-79).

Marcada pelas imponentes construções do barroco, era a cidade na qual grande parte da vivência religiosa estava concentrada nas irmandades; seus indivíduos, preocupados com o desenvolvimento do culto aos santos e questões relativas ao bem morrer, buscavam nestas associações e nos seus ritos e festas uma forma de lidar e tentar obter amparo diante das angústias da vida e da morte. De pessoas de posses, integradas em confrarias que exigiam grande quantidade de bens em seus compromissos, para ingresso dos irmãos; ou de oficiais mecânicos ou de escravos, grande parte da população urbana de Salvador no período participava das irmandades ou ordens terceiras, distribuídas em várias freguesias². Katia Mattoso (1992) estima que na primeira metade do século XIX mais de 85% da população adulta livre de Salvador estava inserida em pelo menos uma irmandade religiosa.

A divisão administrativa da cidade evidenciava a forte relação entre o poder eclesiástico e o poder temporal. Para se expandir ou fazer qualquer modificação nos limites



de uma freguesia, assunto que parece da alçada civil, era necessária uma consulta à arquidiocese (NASCIMENTO, 2007). Assim, dentro dessas freguesias se desenvolviam interessantes relações entre os seus membros, as irmandades lá sediadas e as constantes reformas urbanas, principalmente com a proximidade do fim do século XIX.

Existia, em cada freguesia, um grande laço emotivo que envolvia vigários e paroquianos, e entre estes e sua igreja matriz. Eram eles sempre contra qualquer alteração nos limites de suas paróquias, porque existia uma conscientização, misto de orgulho e bairrismo pela parte da cidade onde habitavam, ou pela estreita ligação aos oragos de suas matrizes, ou na participação em irmandades que nelas se instalavam. Daí ter sido tão combatida a ideia de aumentar-se a menor freguesia da cidade, a da Rua do Passo, quando começaram a preparar o projeto de lei, em 1861, que alargaria seus limites, trazendo para ela partes das freguesias da Sé, de Santana e de Santo Antônio Além do Carmo (NASCIMENTO, 2007, p. 45).

Nesse período, a cidade se urbanizou no curso de suas possibilidades, a freguesia de Santana não era diferente. No início do século XVIII, a região, antes chamada de freguesia do desterro, por conta do convento do que ali existia³, ainda era um lugar ermo e distante do centro urbano de Salvador. No século XIX, processualmente o espaço entre as freguesias se reduziram e a freguesia de Santana passou a ocupar uma posição espacial central na cidade. Desde o século XVIII, eram constantes as reclamações sobre a iluminação e higiene nas ruas da freguesia, os viajantes já sinalizavam (NASCIMENTO, 2007, p.142) as más condições de suas ruas estreitas e mal divididas.

Aparentemente, ainda no início do século XX, os problemas de desenvolvimento urbano da freguesia persistem. Em uma matéria da edição de 1914 do jornal *A Notícia* (A NOTÍCIA, 1914, p. 1), denunciava-se os problemas de iluminação enfrentados pela freguesia, salientando que havia anos que os lampiões de suas ruas não eram trocados. Em outra matéria, na edição de 1915 (A NOTÍCIA, 1915, p. 1), foram denunciados aspectos da estruturação urbana e os problemas que as ruas de Santana passavam durante a chuva, segundo a matéria, o largo do Desterro sempre “se transformava em um grande lamaçal”.

Em estudo realizado sobre as freguesias da Salvador oitocentista, Anna Amélia Nascimento (NASCIMENTO, 2007, p. 56-57) destacou a importância que a freguesia de Santana tinha dentro da cidade. Apesar de ser a menor em proporção territorial, era a que possuía maior densidade demográfica. A autora salienta a intensa vivência religiosa - observada desde a sua criação - e o fato de que essa foi uma das freguesias com maior

diversidade social. Por meio da lista de qualificação eleitoral de 1847/8, Nascimento (2007, p.142-145) identificou, entre os habitantes da freguesia, desde ex-presidentes da província, senhores de engenho, negociantes, médicos e estudantes de medicina, antigos senadores, bibliotecários, jornalistas, professores (ali estava localizado o liceu do ensino secundário) a artífices e artistas (músicos). Inclusive, seria esta a freguesia com maior número de moradores “inclinados às artes”⁴, referência à quantidade significativa de músicos, escultores e artistas que residiam na freguesia.

Estavam presentes na freguesia de Santana do Sacramento três irmandades: Santíssimo Sacramento e Sant’Ana, na igreja da matriz de Sant’Ana, e as irmandades da Palma e do Senhor Bom Jesus da Cruz, na igreja da Palma. A diversidade presente na freguesia refletia-se nas associações leigas e no caráter da composição social de seus membros.

A irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, fundada em 1722, definia-se como uma associação de homens pardos livres. De fato, atraía grande número de descendentes de africanos e, que encontravam, inclusive, representação na própria historicidade da instituição que foi fundada por um homem pardo, os próprios festejos demonstram esse caráter da irmandade. Assim nos revela o cronista João Silva Campos:

O dia era dos mais jubilosos, dos mais brilhantes da cidade. Os mulatos, todos chibantes, todos ensimesmados, pois o Divino Salvador, sob aquela invocação era-lhe o Pai querido, tendo alicerce tal devoção na circunstância de haver sido a festa instituída por um homem pardo (CAMPOS, 2001, p.159)

A partir do final do século XIX, fatores como a decadência progressiva do trabalho escravo, os movimentos higienistas e a cobrança da arquidiocese para reformulação dos compromissos, fizeram com que as dicotomias raciais entre o liberto e o escravo⁵, o preto e o branco, o sangue puro e sangue novo fossem progressivamente diluídas em novas categorias. Surgiram assim outros critérios de poder e status social, como a diplomação acadêmica, a quantidade de bens adquiridos, dentre outros (STASI, 2017). O arcebispado passou a exigir que a vinculação fosse estritamente religiosa, para ser membro bastava ser católico. A maioria das irmandades também deixou de impor explicitamente tais empecilhos, a própria Santa Casa de Misericórdia, que tinha um dos compromissos⁶ mais restritivos da cidade, reformulou no século XIX os critérios de entrada de novos irmãos.



A irmandade da Palma, contrastando com suposto declínio em relação às devoções leigas, foi fundada em 1872, por isso, já não cabia em seu compromisso critérios raciais restritivos, impondo apenas restrições relacionadas à fé católica e a boa conduta, elementos em comum a quase todos os compromissos do período.

Das irmandades da freguesia, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Anna, fundada em 1783, era a mais enfática quanto aos aspectos étnicos de seus irmãos. Aquela era uma associação formada por homens brancos e somente eram aceitos irmãos dentro dessa condição. Este caráter restritivo perdurou até meados do século XX. Em seus compromissos, este aspecto só deixou de aparecer em uma reformulação feita em 1929.

Relações de poder e sociabilidade nas associações leigas

No Brasil, do período colonial à República, as associações leigas católicas foram organizações prestigiosas na cidade de Salvador. Algumas dessas instituições, como a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a Ordem Terceira de São Francisco e a Ordem Terceira do Carmo, chegaram a competir com as ordens religiosas, como São Bento e Companhia de Jesus (RUSSEL-WOOD, 1968) nos bens adquiridos, na presença social e até mesmo nas suas relações com o poder temporal.

Um outro aspecto relevante é que, independente da posição social, indivíduos tendiam a participar destas associações, onde se estabeleciam, em seu seio, laços de sociabilidade, quer seja entre membros da elite local quer seja entre os subalternos. Para homens da aristocracia, participar de uma irmandade prestigiada lhes traria status social, riquezas, vantagens em determinados negócios e uma importante segurança para o além⁷. Para os subalternos, as irmandades constituíam uma das poucas possibilidades de diminuição de agruras e de sociabilidade.

Os conflitos entre diferentes grupos raciais e econômicos eram atenuados pela criação de uma identidade social que, do ponto de vista psicológico, ajudava a valorizar até os mais carentes. No seio de uma irmandade de mulatos ou de negros, um escravo se sentia igual a um pequeno comerciante, e se gozasse do respeito de seus irmãos e irmãs, podiam assumir a mesma responsabilidade que ele. Por outro lado, negros e mulatos se sentiam iguais aos brancos: tinham a possibilidade de construir e ornamentar suas próprias igrejas e ter capelães; ter enterros tão suntuosos quanto os dos socialmente superiores. Exibir-se com brilhos e grandeza nas procissões religiosas que marcavam a vida da cidade. (MATTOSO, 1992, p.402)



Os mais excluídos da sociedade oitocentista não se igualavam à elite local por estarem dentro dessas irmandades. Sendo assim, há um exagero na análise feita por Katia Mattoso, que confunde a atenuação de condições de subalternidade à igualdade. Porém, o trecho citado é interessante na compreensão da importância da presença social que estas instituições tiveram para diferentes grupos.

Para participar de uma irmandade era necessário o chamado “pagamento de jóia”, um valor estipulado por estas instituições como contribuição mínima para se tornar irmão. Em troca deste valor, a irmandade oferecia benefícios aos seus membros, dentre estes: o pagamento de dotes para casamentos das filhas, assistência à viúva, garantia de um funeral católico e, para irmandades composta por escravos, a compra da alforria. São as características da chamada “ajuda mútua”, um modelo de assistência baseado na solidariedade intragrupal. Para além dos benefícios diretos dados para seus irmãos, uma outra característica intrínseca à historicidade dessas instituições destaca-se dentro de uma análise histórico-social: são as redes de sociabilidade contidas nessas relações de solidariedade cotidiana. A irmandade, na sua nuclearidade, foi um terreno fértil para que laços entre iguais se fortalecessem e se legitimassem.

No caso de irmandades de “gente de cor”⁸ este caráter é ainda mais evidente, pois estas foram uma das poucas formas oficiais de sociabilidade permitida aos sujeitos escravizados (SCARANO, 1976, p.14). Tornaram-se assim espaços de resistência, onde muitas vezes revoltas se iniciavam e se reduzia relativamente as agruras do sistema escravista.

A irmandade era também um espaço de equilíbrio entre as tensões cotidianas. No seio dessas instituições ocorriam diariamente negociações⁹ para as condições dos sujeitos subalternos. A festa em torno de seus santos de devoção, expoente máximo de representatividade dessas associações, era uma maneira de escapar dos sofrimentos da existência escrava e propiciava a estes grupos ocupar e participar da cidade. Sendo assim, os festejos pensados a partir de um universo simbólico próprio foram espaços propiciadores de negociação e de resistência. As irmandades também foram um meio de busca e recriação identitária, no qual grupos com similaridades em suas demandas sociais, ao se encontrarem, dialogavam e negociavam as suas condições. Para além dos benefícios diretos, percebe-se assim que estas instituições, seja para sujeito subalternos, seja para sujeitos sob a luz da legitimação social¹⁰, foram meios de sociabilidade transversais, ou seja, estavam presentes em toda a vida social do indivíduo, independentemente da posição ocupada por este.



Em diferentes períodos e para grupos sociais distintos, a função social das irmandades transcorria diversas etapas da vivência social da população. Pode-se dizer assim que estas organizações religiosas perpassavam pelos principais momentos da existência de um indivíduo, os pilares sociais da sociedade brasileira durante os séculos XVII, XVIII e XIX, isto é, o nascimento, o casamento e a morte. Não se trata de um nascer físico, mas sim, a representação de um status de pertencimento.

Este pertencimento implica também em se reconhecer a partir do espaço sagrado ocupado pela associação. Algumas irmandades estavam localizadas, muitas vezes, em altares laterais de igrejas ou detinham a permissão momentânea para ocupar um templo, como o caso da Irmandade de Bom Jesus da Cruz e da Irmandade da Palma. Em 1877, ocorreu uma disputa entre estas irmandades pela administração da igreja de Nossa Senhora da Palma. Houve envolvimento de autoridades do poder temporal e eclesiástico, tal conflito se estendeu à esfera pública, aparecendo em diversos artigos de jornais.

Em 4 de outubro de 1873 (CARTA..., 1873), a Irmandade da Palma pedia à Confraria do Bom Jesus da Cruz que esta desse ciência ao arcebispado dos feitos da primeira no sentido de reformar o templo, explicitou em detalhes minuciosos que a irmandade já havia restaurado a imagem de seu orago que “há muito estava deteriorando-se” e “mandado trocar o nicho” ao redor do mesmo, além de limpar e dourar o forro da igreja, permitindo que as missas voltassem à normalidade.

A Irmandade da Palma já havia sinalizado em cartas enviadas ao arcebispado as más condições em que se encontrava a igreja e indicava a intenção da irmandade em administrar o templo. Não encontramos a documentação referente às respostas do arcebispado, mas os pedidos para a administração não se restringiram à arquidiocese, afinal, até aquele período ainda vigorava o regime do padroado e cabia à administração provincial decidir sobre o assunto. Assim, no dia 10 de janeiro de 1878, o jornal “O monitor” divulgou a seguinte nota:

Consta-nos que o governo da província, autorizado pelo ministério do império a conceder a administração da capela da Palma, ouvindo previamente ao Exm. prelado, a uma das duas irmandades ali eretas, uma sob a invocação do Sr. Bom Jesus da Cruz, e outra sob a de Nossa Senhora da Palma, acaba de conceder a administração a esta última (O MONITOR, 1878, p. 1).

Na mesma edição, a mesa diretora da Irmandade do Bom Jesus da Cruz publicou uma solicitação convocando todos os irmãos a se reunirem, apelava para a honra e dignidade de todos os seus membros:

A mesa administrativa da confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz convoca a todos os seus irmãos em geral para no domingo 04 do corrente, pelas 4 horas da tarde, comparecerem no nosso consistório a fim de tratar-se de negócios importantes à mesma confraria visto que por ato do governo de 8 do andate fora concedida a administração da capela que a longos anos administramos à nova irmandade de Nossa Senhora da Palma, o espera o concurso de todos seus irmãos, visto o caso afeciar (sic) a honra e dignidade de todos (O MONITOR, 1878, p. 1).

A irmandade reuniu-se com seus membros e, em conjunto, apelaram às decisões tomadas a respeito da administração da igreja. Dessa maneira, as disputas entre as associações estenderam-se por mais alguns meses. O mais icônico dos conflitos envolvendo as confrarias, se deu na edição do dia 18 de janeiro de 1878 do jornal *O Monitor*. No artigo assinado como “A verdade”, se expunha o histórico da construção da capela da Palma, em 1630, com recursos do alferes Bernardo da Cruz Araos para perpetuação do culto e adoração da Virgem da Palma. O artigo narra que desde 1751 a administração da igreja era feita pela Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz e denuncia que esta “[...] nunca se importou com o culto da Santíssima Virgem dona dela, que desde então esteve abandonada, quebrada, e sua igreja muito deteriorando-se” (O MONITOR, 1878, p. 1). Assim, a partir de 1872, um grupo de senhoras, preocupadas com a igreja e com a devoção de Nossa Senhora da Palma, fundou a Irmandade da Palma, que passou a zelar pela igreja e pedia naquele período a tutela da administração da mesma ao imperador, que assim o fez.

Então, os maridos, pais e irmãos daquelas senhoras e outras pessoas, que isso presenciavam, trataram de instituir a irmandade de Nossa Senhora da Palma, fizeram e aprovaram seu compromisso e deram começo às obras mais urgentes, levando a capela ao brilhantismo em que hoje se vê, estatuiram (sic) missas nos sábados e domingos, que não havia, com o que muito se alegraram os moradores daquele bairro, que hoje aplaudem a irmandade da Palma, ao passo que mais se azedou a confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz e continuaram de sua parte os desacatos para com a irmandade da Palma: está certa de que a confraria nenhum direito tinha na capela, bem nacional que estava sem administração legal, pediu a S.M, o Imperador a nomeação de administradora da capela e também requeriu ao mesmo tempo a confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, cônica de que nenhum tinha nela a devoção da capela (O MONITOR, 1878, p. 1).

A Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, no dia posterior a publicação acima descrita, publicou no mesmo jornal a sua réplica ao artigo, ficando evidente a acentuação do conflito entre as duas irmandades. Descreve o irmão Epaminondas, da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, as ações da Irmandade da Palma feitas na igreja:



Entrando agora na questão do abandono da imagem e na deterioração do templo, diremos que o altar da Palma se achava, como todos viam ornado de castiçais, velas, jarras, flores, toalha, etc, e que se bem que a confraria da Cruz não dispusesse de recursos pecuniários, todavia, em todos os anos logo depois da festa de seu orago, mandava celebrar a padroeira da igreja uma missa com órgão e incenso; não podendo, pela escassez de recursos, fazer mais do que isto.

O templo não se achava deteriorado, por que se o estivesse os primeiros cuidados da devoção (irmandade da Palma em março de 1874) seriam todos empregados em sua reparação, e seus esforços não resumir-se-iam apenas no embelezamento da capela mor onde está assentada a sua padroeira, na sacristia e no adro da igreja, únicas obras que a irmandade da Palma tem feito na mesma igreja, que hoje incompetentemente e ilealmente (sic) está sob a sua administração (O MONITOR, 1878, p. 1).

Em 22 de abril de 1878, através de notificação da administração provincial (INSTRUÇÕES..., 1878, p. 1), ocorreu a decisão sobre a direção da igreja. O presidente da província, Barão Homem de Melo, optou por dividir entre as irmandades a tutela do templo, ao que chamou de administração coletiva, sendo necessária a autorização de ambas as irmandades para a tomada de quaisquer decisões, dessa maneira, qualquer intervenção necessitaria do consentimento de ambas confrarias.

Já a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santana era a única das três associações sediadas na freguesia que detinha uma igreja própria. A irmandade surgiu associada à própria construção da matriz e a aglutinação em torno do culto a sua padroeira. Assim, percebe-se que a escolha do orago da igreja tem associação direta com o processo de formação da irmandade, que se chamava até 1744 de Santíssimo Sacramento e anexou Santana, sendo formada oficialmente a nova irmandade em 1762.

A Irmandade também fornecia aos seus irmãos enterramentos em sua igreja. Até meados do século XIX ainda havia um pequeno cemitério ao lado da matriz¹¹ e diversos carneiros no cemitério Quinta dos Lázarus. A igreja tinha sete altares, inclusive um altar no cemitério e um altar mor. Dentre os inventários ou consistórios das irmandades, sem dúvida a Irmandade de Santana era a que detinha maior quantidade de bens valiosos. Para se ter uma ideia, em um consistório de 1927, havia diversos itens de prataria e ourivesaria, uma quantidade significativa de pedrarias (incluindo jóias em diamantes), móveis de jacarandá, diversas relíquias de santos e objetos de marfim. Nesse mesmo ano, a igreja já contava com instalação elétrica e uma estrutura com lâmpadas de gambiarra para iluminação externa do largo durante os festejos do orago. Os inventários revelam que esta era a irmandade mais rica da freguesia e também onde se concentravam os irmãos de melhor condição social (CONSISTÓRIO..., 1916).



As irmandades religiosas: conflitos pelo uso do espaço

Em uma carta de 12 de julho de 1928 destinada à Arquidiocese de Salvador, a mesa administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana pedia a substituição do pároco da matriz, o vigário Francisco Ayres de Almeida Freitas.

O documento indica que havia uma relação conflituosa entre a mesa administrativa e o pároco desde a chegada do último, quando este decidiu abrir uma escola infantil em cima da sacristia do templo e as crianças destruíram importantes obras do cemitério, que precisaram de reparo, o que gerou custos à irmandade. A mesa descreveu que, por diversas vezes, os alunos jogavam futebol em meio aos corredores da igreja, atitude pouco respeitosa com o espaço sagrado. Os conflitos se acirraram quando, sem a concessão da mesa administrativa, mas com autorização do vigário, uma outra irmandade tentou ocupar a igreja:

A 10 de junho último, dia marcado para sessão, esperavam alguns mesários a formação de número legal, quando entrava na sacristia um carregador com uma mesa acompanhada de um cavalheiro. Inquirido, o zelador disse que a mesa era para sessão de uma outra irmandade ou confraria sob a presidência desse cavalheiro. Após a missa, estavam os mesários da Irmandade Supp. no Consistório, quando ali penetrou o referido cavalheiro, Sr. Fabrício de Barros, nome de que depois souberam para comunicar que a confraria que ele representava iria funcionar na sacristia e que nada comunicou anteriormente por ignorar a existência da Irmandade e da respectiva Mesa, mas, ciente disso pedia aprovação a essa deliberação, já tendo tido o consentimento do vigário (CARTA da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santana..., 1928, p.2).

A mesa administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana optou que decidiria sobre a permissão de ocupação do espaço, desde que a irmandade pleiteante¹² oficializasse o pedido para sua instalação na igreja. Após não conceder a devida oficialização, os irmãos do SS. Sacramento e Sant'Ana encontraram a mesa da confraria pleiteante em reunião na qual não foi convocada, questionou o pároco sobre a situação e relatou as seguintes ocorrências:

Os mesários foram recebidos pelo Revmo. Sr. Vigário aos gritos que fora por sua ordem que o Sr Fabrício não ofiçou e que a Supp nada tinha que ver com a reunião e ali nada podia determinar, acrescentando que havia muito tempo, esperava oportunidade para provar que a função única da Supp. era guardar prata velha e propagar calúnias e de tal modo irritou-se a ponto de chamar os mesários bandidos e desonestos, procurando logo depois entender-se pelo telefone para o Arcebispado invertendo os fatos



que se passavam no momento, com quem logrou a falar (CARTA da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana..., 1928, p.3).

O conflito entre o pároco e a irmandade se expandiu, envolvendo, inclusive, os membros da Congregação Mariana - presentes no templo durante o ocorrido – que emitiram uma carta à arquidiocese, descrevendo o que foi testemunhado. Na narração dos fatos, uma fala atribuída a um dos membros da mesa diretora chama a atenção:

A igreja é minha... ao que como estas palavras causassem certa estranheza entre os próprios Mesários presentes, emendou: “A igreja é da Irmandade e a Irmandade somos nós e se o Senhor tem prestígio, nos suspenda” (CARTA enviada pela Congregação Mariana, 1928, p.3).

A igreja, fundada na segunda metade do século XVIII, foi construída pela irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, que em 1744 (ATA, 1744) organizou-se para arrecadar fundos para a obra, cujo orago escolhido foi Sant'Ana. Porém, mais do que discutir sobre a legitimidade de posse do templo, é preciso analisar sob quais condições foi necessário reafirmar a igreja enquanto espaço pertencente a irmandade e aos seus membros.

Esse conflito envolvendo duas irmandades, a Congregação Mariana (testemunha) e o padre aconteceu em 1928. As três primeiras décadas do período republicano foram de embates e negociações entre a Igreja Católica e o poder público em função da separação entre a instituição eclesiástica e o Estado, mas, também de reforma no catolicismo. O clero reivindicava o controle sobre a religiosidade dos leigos. Novas regras de funcionamento das associações leigas foram implementadas, principalmente, a partir da publicação do Código de Direito Canônico, em 1918. A nova legislação eclesiástica permitia, por meio do cânone, a realização de reuniões dos irmãos, mas, o cân. 690, sob o título Da sujeição, determina que todas associações católicas “estão sujeitas à jurisdição e vigilância do Ordinário local que tem direito e dever de as visitar de harmonia com as normas dos cânones” (GIGANTE, p. 40-41). Dessa forma, o padre da Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana encontrava na regulamentação normativa eclesiástica, a legitimidade para não somente supervisionar as atividades das irmandades ali sediadas, como também acolher outras associações, desde que estivessem suscetíveis a sua autoridade.

Igrejas e irmandades: espaço, identidade e memória



Há uma relação intrínseca entre as irmandades e as igrejas que elas ocupam. O templo é por excelência o lugar do sagrado. Alguns estudiosos das religiões (ELIADE, 1992; CERTEAU, 1998) defendem que o espaço é algo amplo, muitas vezes indefinido, caótico. A partir do momento em que um grupo religioso ocupa aquele espaço e nele implantam seus signos, símbolos e imagens e realiza seus ritos e festas, o transforma em lugar. Nesse sentido, Michel de Certeau define o espaço como “um lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202), pois são as práticas e experiências cotidianas, culturais ou religiosas, que lhes dão sentido. Dessa forma, uma igreja é um espaço sacralizado pelas práticas religiosas, liturgias ministradas pelo clero e também pelos rituais e festas dos leigos que ocupam os altares com as imagens, alfaias e símbolos das irmandades com suas identidades sociais e étnicas.

Os espaços culturais e religiosos também podem ser vistos como lugares de memória ou lugares monumentais (LE GOFF, 2013, p. 474). E eles têm um importante papel na compreensão de como as sociedades se organizaram a partir de suas estruturas políticas e sociais, especialmente estando a memória em constante disputa, uma vez que a memória coletiva é um instrumento de poder.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 2013, p.476).

Nesse conjunto, a temporalidade demarca as variações da construção da memória coletiva. Cada sociedade, em diferentes períodos, lega para o presente um conjunto de valores, hierarquias e papéis sociais condicionados à memória.

A partir dessas considerações, temos o monumento como um espaço que evoca o passado e lega à memória coletiva, ao mesmo tempo em que, em uma dada sociedade, liga-se “ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária” (LE GOFF, 2013, p.537). Assim, a Igreja de Santíssimo Sacramento e Sant’Ana consagra-se não só como lugar de memória, mas como monumento, forjado a partir da lembrança de eventos e de mitos fundadores. Porém, é essencial a noção de que a memória é mutável, estruturada também em certas hierarquias sociais. Ao mesmo tempo, em uma mesma sociedade, há uma diversidade de



memórias coletivas (POLLAK, 1989), que se integram de diferentes maneiras à identidade de grupos sociais. Afinal, como salientado por Verena Alberti (2005), “a memória é essencial a um grupo, pois está atrelada à construção de sua identidade”.

Os membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant’Ana reiteravam que a igreja era deles, era parte daquele grupo, “pertencia aos seus membros”. A irmandade surgiu a partir daquele espaço e se reconhecia nele. Ter um templo próprio foi um fator determinante para que algumas associações leigas enfrentassem as consequências, como a mudança de templo e altar, dos projetos modernizadores que levaram à completa destruição de três igrejas (Ajuda, 1912; São Pedro Velho, 1912 e Sé, 1933) na Salvador republicana, e persistissem nas suas práticas apesar das normas eclesásticas promoveram intervenções nas mesas administrativas (COUTO, 2017).

Ao mesmo tempo, a Igreja da Palma representava a memória da origem tanto para os irmãos da Palma - que surgiu, como dito acima, com o objetivo de preservação daquele local -, quanto para a Confraria do Bom Jesus da Cruz - que tem em sua origem, até certo ponto mítica, associada àquele espaço.

A Confraria do Bom Jesus da Cruz, criada em 1722 e regulamentada pelo rei Dom José I em 1764, teve seu surgimento associado ao culto do Cristo crucificado, uma das formas de devoção mais populares na Bahia do século XVIII. A descrição da origem mitológica da irmandade, como todo mito, remete-se à justificativa para determinado tipo de ritual, vestimentas e procissões perante os seus irmãos. Representa o momento de formação da irmandade, o que remete ao santo e ao milagre que levaria seus irmãos à determinada devoção e ao espaço reconhecido para a associação.

Corria o mês de março de 1719. O fulgurante e azulado céu, desta augusta cidade, onde germinam fertilmente as cândidas flores da virtude, começou a vestir-se de negras nuvens. Uma enorme tempestade, com um cortejo de copiosa chuva e furacões, parecia querer tragar essa majestosa cidade. Os Céus, irritados, despediam frequentemente raios e relâmpagos, que de envolta com chuvas e vendavais, levavam temor até aos espíritos mais intrépidos. A tristeza já se tinha apoderado do coração dos habitantes desta cidade. Todos entregues a dolorosos pensamentos, iam, por uma vez, aos templos, para, por meio da oração, que é “uma fonte inesgotável de toda a casta de bens”, implorar a Clemência Divina.[18]

No meio desta catastrophe, um homem, de cor parda, em hábitos de santa penitência, apresentar-se nas ruas desta cidade, abraçado com a Santa Cruz, que é, segundo as Escrituras Sagradas, “a expressão do amor de Deus para com o homem”, convocando a outros para, em procissão, percorrerem as ruas da cidade. Este devoto, ungido do fogo sacro da fé, viu suas aspirações realizadas, de sorte que, depois de uma sublime penitência, recolheu-se, com seus caríssimos confrades na Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda, onde instalou a pia devoção da via sacra.



Continuou a devoção nos anos seguintes, em todas as sextas-feiras da quaresma, os seus santos exercícios, até que, em vista de razões ponderosas, passou-se para a Igreja de Nossa Senhora da Palma, edificada em o ano de 1630 pelos também pardos Alferes Bernardo da Cruz Arraes, médico Ventura da Cruz Arraes e seu irmão Francisco da Cruz Arraes. (COMPROMISSO BOM JESUS DA CRUZ..., 1914, p.1)

O mito de origem, o milagre e os sacrifícios destacados no compromisso, remetem-se ao caráter devocional da irmandade e tendem a ser lembrados e (re)atualizados por esta. Este movimento cíclico lembra aos fiéis a importância devocional instituída por aquela associação e reconhecida no espaço associada a ela. Mircea Eliade (1992, p.45) ao discutir as festas e a conceituação do tempo festivo, demonstra que “o Tempo de origem de uma realidade, quer dizer, o tempo fundado pela primeira aparição desta realidade, tem um valor e uma função exemplares”.

A memória é “um elemento essencial da identidade” (LE GOFF, 2013, p.477). Existe, assim, uma estreita relação entre a memória, o espaço e a construção de uma identidade coletiva. É a partir dessa percepção que é possível analisar as especificidades do que representava um monumento para diferentes grupos sociais. Dessa forma, se as condições de transformações da memória coletiva, conforme apontado por Le Goff (2013) e Pierre Nora (1993), operam no curso da longa duração, o reconhecimento identitário a partir desses espaços podem ser historicamente situados e dialogam incisivamente com um contexto específico.

Quando, em 2006, começou o projeto de restauração da Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant’Ana, foi preciso dar visibilidade ao templo e a sua importância como patrimônio histórico e cultural. A irmandade, ainda em atividade, se considera administradora do imóvel, mas, já não possui o prestígio do século passado, afinal, como todas as associações leigas, perdeu uma de suas principais funções, a ajuda mútua. Restava-lhe a prática religiosa. Isso não era suficiente para angariar recursos e agregar valor à igreja. Assim, os responsáveis pelo restauro recorreram a outras memórias, como o patrimônio artístico e o evento político da Independência do Brasil na Bahia. Matérias publicadas nos jornais davam ênfase a esses dois aspectos. Em matéria do jornal *Correio da Bahia*, à época da reinauguração, a jornalista afirma que “A Igreja foi a primeira obra do tipo realmente brasileira por aqui - foi concebida por um mestre brasileiro, o pintor baiano Franco Velasco”. Além disso, apela para a memória de luta do povo nordestino, ao relembrar que “Lá [na igreja], também, estão os restos mortais de Maria Quitéria, heroína baiana da



Independência, e do Padre Roma, que veio à Bahia como embaixador da Revolução Pernambucana de 1817” (AQUINO, 2017, p. 1).

A jornalista intitulou a matéria “História recuperada”. Ou seja, assim como a igreja foi restaurada, a sua história precisava ser recuperada para a memória coletiva dos baianos. A própria memória de Maria Quitéria e outras heroínas baianas, como a da freira Joana Angélica e Maria Felipa, vem sendo revisitada pelos historiadores. A primeira memória de Maria Quitéria, construída ainda no século XIX e que perpassa o século XX, é de uma mulher forte, uma “alma varonil”, apesar “do destino sublime e pacífico do seu sexo” (TAUNAY, p. 181). Em 28 de junho de 1996, por meio de decreto presidencial, o Estado brasileiro atribuiu à Maria Quitéria o título de patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro (COELHO, 2019, p. 100). Era o reconhecimento pelos seus serviços no campo de batalha. Ela ainda se faz presente nos centros de umbanda como uma pombagira aguerrida. A falta de documentação escrita, leva a dúvidas sobre a existência de Maria Felipa, mas, o que importa é o mito construído em torno dessa personagem feminina. A memória é de uma marisqueira da Ilha de Itaparica que também abraçou a causa da independência.

No cortejo do 2 de julho, quando se comemora a Independência do Brasil na Bahia, essas mulheres são representadas por meio de encenações teatrais e de pessoas que acompanham o desfile paramentadas, inclusive crianças. Para Fábio Baldaia (2018, p. 209), a presença dessas personalidades e suas indumentárias “são ilustrativas de como a cultura popular operacionaliza representações na festa”. Figuras como D. Pedro I e o General Labatut já fizeram parte do desfile, mas, estão em desuso. A partir dos anos de 1990, são mais frequentes as representações das mulheres e membros das camadas populares, como caboclos e caboclas, uma clara identificação com o empoderamento feminino e com os grupos subalternos que participaram da guerra.

Dessa forma, se mantém a memória de mulheres fortes, destemidas e guerreiras que, ao lado dos caboclos e das caboclas, são representantes das populações africana e indígena na defesa do país. Assim, lembrar que os restos mortais de Maria Quitéria estão sepultados na Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant’Ana não seria apenas um detalhe, mas, um elemento importante para a preservação da memória e da identidade baiana.

Considerações finais



Tomamos como objeto de análise dois monumentos coloniais do patrimônio artístico, cultural e religioso de Salvador, as igrejas do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana e da Palma, para discutir as construções desses espaços, suas identidades e memórias por parte de grupos representativos da sociedade soteropolitana, especialmente, as irmandades religiosas sediadas nessas igrejas, a Igreja Católica e a imprensa.

Demonstramos, por intermédio da documentação (correspondências entre as irmandades e o Arcebispado da Bahia e as matérias publicadas nos jornais), a estreita relação entre espaço, identidade e memória. Os dois primeiros atos para a fundação de uma associação leiga são a escolha de um patrono, para o desenvolvimento da devoção, e a licença para ocupar um altar lateral de uma igreja, pelo menos até que a mesa administrativa possa arrecadar fundos para a construção de um templo próprio. Aquele espaço é fundamental para o lugar da prática religiosa. As imagens, as alfaías e os símbolos passam a identificar o grupo de fiéis. E o compromisso, até as primeiras décadas do século XX, determinava os critérios de filiação, vínculos sociais e étnicos, que ajudavam a criar a sua identidade.

Entretanto, o uso do espaço sempre foi alvo de disputas entre diferentes associações e também com o clero. Os irmãos competiam para demonstrar riqueza e poder. Por isso, ostentavam na ornamentação da igreja e na realização de procissões e festas e, também, nos investimentos e gastos com a preservação e reforma do templo.

Com o declínio das funções sociais da ajuda mútua e das fontes de renda, como as doações e as loterias (STASI, 2017), foi preciso que as associações realizassem adaptações e ressignificações. Para algumas irmandades, como a do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, ter a posse ou o controle sobre a administração do espaço sagrado foi um fator de legitimidade e de persistência das atividades desenvolvidas até os dias atuais. Apenas a identidade religiosa não é suficiente para manter um templo secular. Assim, para a manutenção e preservação do patrimônio, torna-se necessário recorrer às memórias ou mesmo reconstruí-las. Dessa forma entendemos o apelo à história de Maria Quitéria para a restauração da Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, afinal, o fato da heroína de um evento político e histórico ser enterrada no templo poderia suscitar investimentos para a restauração e, também, inserir aquele espaço no mapa turístico da capital da Bahia.



FONTES

A NOTÍCIA, *A saúde pública pede providências a Higiene Municipal*. 16 abr.1915.

A NOTÍCIA, *Porque não se remodela a iluminação pública?* 14 dez. 1914.

ATAS DE reunião da mesa administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana. LEV, Laboratório Eugênio Veiga, 1744.

AQUINO, Carol. História recuperada: após 11 anos de obras, Igreja de Sant'Ana reabre no dia 20. **Correio da Bahia**, Salvador - BA, 06 jul. 2017.

CAPELLA da palma. **O Monitor**. Salvador - BA, 10 jan. 1878.

CARTA DA IRMANDADE S.S SANTANA dirigida a arquidiocese.LEV, Laboratório Eugênio Veiga, Seção Irmandades Religiosas, 10 jul. 1928.

CARTA enviada a Irmandade do Bom Jesus da Cruz. LEV, Laboratório Eugênio Veiga. 4 out. 1873.

CARTA ENVIADA pela congregação Mariana ao Arcebispado. LEV, Laboratório Eugênio Veiga, Seção Irmandades Religiosas. 14 jul. 1928.

COMPROMISSO da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz. LEV, Laboratório Eugênio Veiga. Salvador: TypographiaLiberty, 1914.

COMPROMISSO da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Centro de Memória Jorge Calmon, 1755.

CONSISTÓRIO da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santana. LEV, Laboratório Eugênio Veiga, Seção Irmandades Religiosas, 1927.

GIGANTE, José Antônio Martins. Código de Direito Canônico, 1918. In: **Instituições de Direito Canônico**. Braga: Editorial Scientia & Ars Editorial, 1955.

INSTRUÇÕES para a administração da Capella de Nossa Senhora da Palma. APEB, Maço 5249. 22 abr. 1878.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V.. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes históricas**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155-202.

BALDAIA, Fábio Peixoto Bastos. **A festa, o drama e a trama**: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959 - 2017). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2018.

CAMPOS, João da Silva. Senhor da Cruz. In: **Procissões tradicionais da Bahia**. 2ª edição revista. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001.



- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COELHO, Raphael Pavão Rodrigues. **A memória de uma heroína**: a construção do mito de maria Quitéria pelo exército brasileiro (1953). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 2019.
- COUTO, Edilece Souza. Associações leigas católicas: novos espaços, práticas religiosas e perspectivas no século XX. **Esboços** (UFSC), v. 24, p. 45-64, 2017. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2017v24n37p45>, acesso em 16/06/2020.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992. 180 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- MATTOSE, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, c1992. xii, 747 p.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador, BA: EDUFBA, 2007. 372 p.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- POLLAK, Michael, Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC FGV, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15
- REIS, J. J.. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____.; SILVA, E. . **Negociação e conflito**: resistência negra no Brasil escravista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003. 665 p.
- RUSSELL-WOOD, Anthony. **Fidalgos e Filantropos**: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Nacional, 1976.
- SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe**: o clero oitocentista na Bahia. Salvador, BA: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, EDUFBA, 2000. 500 p.
- STASI, Lucas. Expressões leigas da fé católica: Irmandades religiosas na freguesia de Santana em Salvador (1876 – 1926). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2017. Disponível: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/11_expressoes_leigas_da_fe_catolica_irmandades_religiosas_na_freguesia_de_santana_em_salvador_1876-1926.pdf, acesso em 22/06/2020.



TAUNAY, Affonso de. *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. In: **Publicação comemorativa do primeiro centenário da independência nacional**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo / Weiszflog Irmãos Incorporado, 1922.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998, 2002. 493 p.

¹ A grafia das palavras nos documentos utilizados foi atualizada. No século XIX, freguesia era a divisão administrativa das cidades. Em Salvador, as 10 freguesias eram: S. Salvador da Sé, N.Sra. da Vitória, N. Sra. da Conceição da Praia, Sto. Antônio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, SS. Sacramento da Rua do Passo, N. Sra. de Brotas, SS. Sacramento do Pilar e N. Sra. da Penha.

² Utilizamos da mesma conceituação de freguesia proposta por Anna Amélia Vieira Nascimento que propõe: “Freguesia, no sentido lato, significa o conjunto de paroquianos, povoação sob o ponto de vista eclesiástico, clientela. Freguesia no conceito em que está caracterizado neste estudo é um espaço material limitado, divisão administrativa e religiosa onde estavam localizados os habitantes ligados à sua igreja matriz. Tomavam parte se em suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e eram sepultados” (NASCIMENTO, 2007, p.44).

³ Convento de religiosas Clarissas, fundado no século XVII.

⁴ Ao utilizar o termo “habitantes inclinados às artes”, aproprio-me da definição populacional proposta por Anna Amélia Vieira Nascimento ao tratar da população da freguesia de Santana: “[...] Poderíamos, porém, dizer que, abstraindo-se os elementos de superior categoria, habitantes de Santana, e os militares que ali tinham morada, talvez fosse a freguesia na qual os habitantes mais se inclinassem às artes.” (NASCIMENTO, 2007, p.144).

⁵ O critério de cor permanece de outras maneiras, o “livre” e “escravo” é substituído por “inferior”, “Superior”, “normal” e “degenerado”.

⁶ Até 1896, a Santa Casa da Misericórdia da Bahia seguia o compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, adotando para entrada de irmãos os seguintes critérios: Ser limpo de sangue, “sem alguma raça de Mouro ou Judeu, não somente em sua pessoa, mas também sua mulher se for casado”; “Ser livre de toda a infâmia, defeito e de Direito”; “Não servir a casa por salário”; Ter ao menos 25 anos de idade; Ter renda e não exercer ofício mecânico; Saber ler e escrever; Ser abastado, de modo a “acudir ao serviço a irmandade quando necessário, sem passar por necessidade” (COMPROMISSO da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1755, p.2 - 3).

⁷ As irmandades forneciam aos seus membros a garantia de um enterramento seguindo os ritos católicos, este aspecto estava presente nos compromissos de todas as irmandades.

⁸ Apropriamo-nos aqui do termo utilizado por Katia Mattoso no livro *Bahia, século XIX: uma província no império*, no qual, a autora se refere às irmandades compostas, em sua maioria, por escravos ou ex-escravos, como irmandades de “gente de cor”.

⁹ Termo utilizado por João José Reis no livro *Negociação e Conflito* (REIS, 2009) remete-se diretamente ao conceito apresentado por Thompson no livro *Costumes em comum* (THOMPSON, 2015) para definir um equilíbrio de tensões nas relações cotidianas.

¹⁰ Ao utilizar o termo “Sujeito sob a luz da legitimação social, refiro-me a indivíduos que participavam da elite local, permeando a elite aristocrática e econômica. Katia Mattoso demonstra que as irmandades funcionavam como importante vínculo de manutenção de status social, assim afirma: Integrar uma irmandade era prova de prudência e garantia de permanência no mesmo grupo social, em caso de empobrecimento” (MATTOSO, 1992, p.400).

¹¹ Os carneiros da irmandade passaram ocupar o Cemitério Quinta dos Lázaros.

¹² Não encontramos na documentação pesquisada referência ao nome da Irmandade que pleiteava ocupar a Igreja de Santana, por isso, a utilização do termo “irmandade pleiteante”.

